

FINANCIAMENTO DA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES DE MARÍLIA E DO VALE DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO: crédito formal e alternativo¹

Jader Bianco²
João Luiz Cardoso³

1 - INTRODUÇÃO ¹

O desencadeamento do processo de crescimento econômico do Brasil, através da modernização e industrialização da agricultura brasileira, caracterizado tanto pelo aumento do uso de insumos modernos - fertilizantes, defensivos, sementes, rações, medicamentos, maquinário, embalagens, entre outros, como pela estruturação das agroindústrias processadoras de alimentos e fibras, deveu-se em grande parte à criação e implantação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural.

A política de crédito rural, a partir desta data, tem passado por importantes modificações, principalmente quanto aos volumes de recursos concedidos e quanto aos níveis praticados das taxas de juro, culminando com a orientação da política agrícola baseada na diminuição dos montantes concedidos e concomitante redução dos subsídios através do crédito.

Ocorreu assim, uma redução brusca no volume disponível de recursos financeiros de crédito para a agropecuária, sendo que as taxas de juro passaram a ser praticadas em níveis próximos aos das taxas de mercado.

Portanto, a necessidade de ajustes, ocorridos em função das mudanças no ambiente econômico, fez emergir novas formas de atuação das cooperativas de produção, das empresas multinacionais produtoras de insumos para a

produção e das agroindústrias processadoras, como fortes alternativas ao aporte de capital requerido pela agropecuária.

Os objetivos deste trabalho foram avaliar as mudanças ocorridas na dinâmica da produção agropecuária, no âmbito regional, em especial nas regiões de Marília e do Vale do Paranapanema no Estado de São Paulo (tomando-se por base a atuação de uma cooperativa de produção-Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília Ltda e de uma agroindústria processadora de alimentos-Cargill Agrícola S.A. - Palmital-SP), através da análise das modificações do crédito rural institucional e da identificação de formas alternativas operacionais de financiamento da produção agropecuária.

2 - MATERIAL E MÉTODOS

Para a análise da evolução do crédito rural, os estudos foram desenvolvidos utilizando-se os dados de crédito rural obtidos dos Anuários Estatísticos do Crédito Rural do BANCO CENTRAL DO BRASIL (1987-1993) e dos Boletins do Banco Central do Brasil (1994).

Os dados regionais foram coletados nos levantamentos subjetivos das Divisões Regionais Agrícolas do Vale do Paranapanema (1992-1994) e de Marília (1987-1994).

Os dados referentes à atuação da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília e da Cargill Agrícola S.A. - Palmital-SP, foram obtidos nos Relatórios da Diretoria-Balancos Anuais, COOPERATIVA (1985-1993), e em Relatórios da empresa, respectivamente.

Para o estudo de caso da Cargill Agrícola S.A. - Palmital-SP, cujas atividades iniciaram-se em 1990, foram estabelecidas relações entre variáveis e determinação de taxas de crescimento, complementadas com a análise

¹Resumo da Tese de Mestrado em Engenharia Agrícola, do primeiro autor na Área de concentração: Planejamento Agropecuário, Linha de Pesquisa: Economia Rural, da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP).

²Engenheiro Agrônomo, Doutorando em Engenharia Agrícola, Assistente Agropecuário da DIRA de Marília-CATI/SAA.

³Engenheiro Agrônomo, Professor Livre Docente da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas-SP(FEAGRI/UNICAMP).

qualitativa (entrevistas) do relacionamento contratual entre a empresa e os produtores, cooperativas e cerealistas.

Para as análises da evolução das atividades da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília-SP, foram coletados e analisados individualmente todos os contratos de crédito rural celebrados a partir de 1988, além das avaliações feitas tendo-se por base os Balanços Anuais-Relatórios da Diretoria a partir de 1985. Todos os dados foram ajustados pelo índice geral de preços-disponibilidade interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI/FGV) com os devidos ajustamentos de acordo com as Resoluções do Banco Central do Brasil (Res. 1.100, de 28 de fevereiro de 1986, Res. 1.565, de 16 de janeiro de 1989 e Res. 2.010, de 28 de julho de 1993). As análises dos dados para as duas instituições estudadas foram complementadas com entrevistas e levantamentos, em nível local para evidências adicionais.

3 - O CRÉDITO RURAL NO BRASIL E NAS REGIÕES EM ESTUDO

A política econômica global brasileira, baseada no modelo de substituições de importações e na promoção das exportações, característica das décadas de 60 e 70, requereu mudanças para que a agricultura pudesse continuar desempenhando suas funções, que foram fortemente direcionadas pelo Estado, como meio de estimular a expansão da capacidade produtiva agropecuária mediante os benefícios da evolução tecnológica.

Havia a necessidade premente de que a agricultura desse resposta rápida ao processo de desenvolvimento urbano-industrial que se sedimentava no Brasil, naquela época. Para tanto o principal instrumento utilizado foi a implementação da política de crédito rural, com a criação em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Os dados referentes ao Sistema permitem analisar a evolução dos financiamentos destinados para o conjunto dos produtores rurais e suas cooperativas. O comportamento da série de informações possibilita distinguir vários períodos da política de crédito rural entre 1969 e 1993 (Tabela 1).

O primeiro período, de 1969 a 1976, mostrou uma expansão acentuada da oferta de crédito, a despeito do endividamento do Tesouro Nacional, ocorrido principalmente a partir de 1973, como consequência da forte elevação dos preços de petróleo e demais matérias-primas estratégicas (TAVARES & BELLUZZO, 1978).

TABELA 1 - Valores dos Contratos de Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas, Brasil, 1969 a 1993

Ano	Valores constantes (Cr\$1 milhão) ¹	Variação anual (%)
1969	597.613	-
1970	713.381	19,31
1971	825.066	15,66
1972	1.020.760	23,68
1973	1.443.999	41,41
1974	1.785.264	23,62
1975	2.602.907	45,80
1976	2.666.940	2,45
1977	2.381.098	-10,72
1978	2.420.959	1,67
1979	3.017.098	24,62
1980	2.885.356	-4,37
1981	2.502.640	-13,27
1982	2.423.486	-3,17
1983	1.829.418	-24,52
1984	1.117.427	-38,92
1985	1.593.463	42,60
1986	2.376.135	49,11
1987	1.873.111	-21,17
1988	1.321.766	-29,44
1989	1.207.002	-8,69
1990	689.559	-42,88
1991	711.422	3,14
1992	788.659	10,91
1993	677.435	-14,12

¹A preços de 1993 - Inflator: média IGP-DI/FGV.

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações e BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1993.

Um segundo período, de 1976 a 1979, foi de tendência irregular, com variações de acréscimos e decréscimos da oferta de crédito, com volumes mantidos em um patamar bastante alto, apresentando em 1979, ano em que

ocorreu o segundo choque do petróleo (IDRC, 1992), os maiores valores reais de financiamentos durante todo o período.

A crise mundial que se desencadeou após os choques do petróleo em 1973 e 1979/80, seguidos da moratória do México em 1982, desembocou na chamada "crise de débito dos países em desenvolvimento" (MEDHORA, 1992), afetando o modelo de crescimento brasileiro, que foi duramente atingido pela crise de liquidez e pelas altas taxas de juro do mercado internacional, que já haviam levado o Brasil a contratar novos empréstimos, elevando drasticamente a dívida externa e comprometendo parcela significativa do Produto Interno Bruto com o serviço dessa dívida.

A etapa seguinte (de 1979 a 1984) foi caracterizada por uma restrição contínua e acentuada de crédito. Ocorreram fortes ajustes na economia, com claros efeitos recessivos, ocasionando contratação da liquidez interna e mudanças na política de juros do sistema financeiro e conseqüentemente nas taxas de juros do crédito rural, que a partir de 1979 começaram a ser aumentadas, chegando próximo aos níveis das taxas de mercado a partir de 1983.

Em 1984, os níveis reais dos montantes dos financiamentos chegaram a posições muito baixas, comparáveis às do início da década de 1970. Em 1985 o volume real dos empréstimos ao setor agrícola começou a aumentar, sendo, no entanto, próximo aos verificados em 1973 e 1974. Nos anos seguintes, 1986 e 1987, ocorreram aumentos no volume de recursos do crédito rural institucional por ocasião do Plano Cruzado, numa tentativa de aumentar a produção de alimentos, importante para a estabilização da economia na ocasião.

A partir dessa época os sinais do esgotamento da capacidade do Estado de injetar recursos substanciais em crédito rural ficam evidentes e os recursos financeiros em 1988 e 1989 continuam a cair, passando a ter uma tendência contínua de declínio, mantendo-se praticamente estável de 1990 a 1993, no mesmo patamar de 1970, alterando-se, portanto, o ciclo de crédito rural subsidiado à agropecuária brasileira.

3.1 - O Crédito Rural nas Regiões em Estudo

A evolução do crédito rural nas regiões

em estudo, a partir de 1990, permite observar a queda contínua e acentuada não só do número de contratos como do volume total de recursos disponíveis. Em geral, o número de contratos por ano, para todos os municípios envolvidos da Divisão Regional do Vale do Paranapanema-SP decresceu acentuadamente (Tabela 2). As diferenças verificadas quanto ao número de contratos entre os diversos municípios deve-se, principalmente ao tamanho dos municípios, em área e em número de propriedades agrícolas, bem como às características de solo, topografia e tipos de explorações agropecuárias.

TABELA 2 - Número de Contratos de Financiamentos de Custeio Agrícola Concedidos a Produtores e Cooperativas, por Município da Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Período de 1990 a 1993

Município	1990	1991	1992	1993
Assis ¹	558	495	229	148
Borá	11	30	24	27
Campos Novos Paulista	245	194	82	91
Cândido Mota	1.325	991	417	391
Chavantes	63	38	14	12
Cruzália ²	480	434	166	90
Florínea	322	266	127	97
Ibirarema	400	230	91	80
Ipauçú	38	19	18	15
Lutécia	58	76	49	22
Maracaí	674	527	236	96
Ourinhos	159	101	47	37
Palmital	1.186	967	412	507
Paraguaçu Paulista	223	332	153	81
Platina	230	248	102	79
Quatá	165	185	86	57
Ribeirão do Sul	213	168	64	44
Salto Grande	302	229	109	55
Sarutaiá	32	40	17	24
Taguaí	18	63	33	35
Tejupá	57	90	41	38
Timburí	38	26	16	20
Total	6.797	5.749	2.533	2.046

¹Inclui Tarumã.

²Inclui Pedrinhas Paulista.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (1990-1993).

Dessa forma, Assis, Cândido Mota, Palmital e Paraguaçu Paulista são municípios com mais de 900 propriedades rurais, cujas explorações principais são: soja, milho, cana-de-açúcar e trigo. Os municípios de Cruzália, Ibirarema, Florínea, Maracaí e Ourinhos, apesar das mesmas características de exploração do solo, são menores e têm menos propriedades agrícolas (de 200 a 600 propriedades). Os municípios de Campos Novos Paulista, Chavantes, Ipauçú, Lutécia, Platina, Quatá, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Taguaí e Tejuapá além de serem menores em área e em número de propriedades (de 240 a 600 propriedades), têm uma agricultura mais tradicional (diversificada em culturas de feijão, milho, mandioca, algodão, entre outras) e uma exploração pecuária mais intensa.

Os municípios de Borá, Sarutaiá e Timburí são caracterizados por serem muito pequenos e com poucas propriedades (menos de 170 propriedades). Os dados relativos à Divisão Regional Agrícola de Marília apresentam-se bastante irregulares. O pequeno aumento do número de contratos ocorrido em 1991, comparado a 1990, foi seguido por diminuições expressivas nos anos seguintes (Tabela 3).

TABELA 3 - Número de Contratos de Financiamentos de Custeio Agrícola Concedidos a Produtores e Cooperativas, por Município da Divisão Regional Agrícola de Marília, Estado de São Paulo, Período de 1990 a 1993

Município	1990	1991	1992	1993
Álvaro de Carvalho	31	19	17	13
Alvinlândia	33	14	7	7
Bastos	47	38	30	17
Bernardino de Campos	123	115	56	46
Echaporã	68	57	27	17
Gália	109	106	64	53
Garça	267	251	125	90
Herculândia	111	67	49	41
Iacri	125	102	67	55
Lupércio	43	17	20	7
Manduri	53	44	19	37
Marília	197	136	58	48
Ocauçú	55	42	25	11
Óleo	40	38	18	14

Oriente	15	13	9	6
Oscar Bressane	11	40	22	6
Pirajú	168	239	108	83
Pompéia	83	98	48	53
Queiroz	18	36	19	17
Quintana	67	63	45	41
Santa Cruz do Rio Pardo	451	637	265	280
São Pedro do Turvo	142	175	52	58
Tupã	134	191	131	94
Vera Cruz	115	66	35	30
Total	2.506	2.604	1.316	1.124

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (1990-1993).

A região caracteriza-se pela predominância da exploração da cultura de café e da pecuária, tanto de corte, como de leite. Os municípios de Garça, Marília, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo e Tupã são municípios maiores em área e com mais de 550 propriedades.

Os municípios de Bastos, Bernardino de Campos, Echaporã, Gália, Herculândia, Iacri, Lupércio, Manduri, Ocauçú, Oscar Bressane, Óleo, Pompéia, Quintana e Vera Cruz são considerados médios, cujo número de propriedades varia de 125 a 550. Os municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Oriente e Queiroz são pequenos em área e em número de propriedades rurais (menos de 125).

Ao se analisar os valores totais dos financiamentos, observa-se o mesmo comportamento descendente verificado anteriormente com relação ao número de contratos, tanto para a região do Vale do Paranapanema como para a região de Marília (Tabelas 4 e 5).

Na região do Vale do Paranapanema, além das características de tamanho e de número de propriedades por município, as diferenças observadas nos valores entre os diversos municípios explicam-se pela utilização mais intensa do solo onde são realizadas duas safras no ano, com os plantios de verão (soja ou milho) e os plantios de inverno (milho safrinha ou trigo). Os municípios de Cândido Mota, Cruzália, Maracaí, Ibirarema e Palmital são exemplos típicos dessa prática. Na região de Marília, as diferenças são observadas principalmente nos municípios onde predomina a cultura do café, que é bastante exigente em capital, como é o

caso de Garça, Marília e Pirajú⁴.

4 - NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR RURAL NO ÂMBITO REGIONAL

O período de 1986-88 pode ser considerado como ponto de inflexão na história do crédito rural no Brasil, quando o sistema tradicional de financiamento rural entrou em colapso. Em 1986, foi extinta a chamada "conta de movimento", que permitia abundantes transferências de recursos do Tesouro Nacional ao crédito. Em 1988, começam a diminuir drasticamente os

⁴Informações adicionais sobre as características das regiões podem ser encontradas em BIANCO (1988), MARTIN; MATSUNAGA; VEIGA FILHO (1991) e NEGRI NETO; COELHO; MOREIRA (1994).

TABELA 4 - Valores de Financiamentos de Custeio Agrícola Concedidos a Produtores e suas Cooperativas, por Município. Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, 1990 a 1993

Município	1990 (CR\$1.000) ¹	1991 (CR\$1.000) ¹	1992 (CR\$1.000) ¹	1993 (CR\$1.000) ¹
Assis ²	399.207	422.448	510.719	290.686
Borá	31.097	38.043	50.328	39.244
Campos Novos Paulista	124.201	122.101	56.712	70.864
Cândido Mota	821.431	721.025	411.393	576.104
Chavantes	87.775	39.339	12.209	11.318
Cruzália ³	320.479	364.837	149.834	206.271
Florínea	184.059	218.739	258.820	148.699
Ibirarema	164.471	187.434	155.945	46.173
Ipauçú	36.929	13.687	12.330	16.818
Lutécia	45.986	73.625	46.491	15.636
Maracaí	868.919	609.398	398.890	692.803
Ourinhos	246.380	115.447	60.599	47.806
Palmital	729.910	542.823	263.926	347.682
Paraguaçu Paulista	543.379	507.497	634.648	259.371
Platina	140.936	180.735	131.564	57.306
Quatá	397.847	246.305	111.662	120.618
Ribeirão do Sul	122.161	108.305	57.245	27.007
Salto Grande	177.526	152.878	93.632	40.780
Sarutaiá	49.822	43.326	14.087	17.484
Taguaí	3.575	12.316	13.311	10.644
Tejupá	114.927	93.035	55.021	29.253
Timburí	59.702	47.772	24.466	10.792
Total	5.670.721	4.861.116	3.523.831	3.083.362

¹A preços constantes de 1993 - média IGP-DI/FGV.

²Inclui Tarumã.

³Inclui Pedrinhas Paulista.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (1990-1993).

subsídios implícitos nas taxas de juros do crédito rural. Nesse ano, também, através da Constituição houve a unificação do orçamento da União, que determinou a exigência de autorização legislativa para o aumento da dívida pública (NOBREGA, 1991 e 1994).

A partir desse período, os produtores rurais e as empresas dos setores a montante e a jusante da produção agropecuária foram induzidos a buscar novas formas de relacionamento, no que diz

respeito ao financiamento agrícola, discutidas a seguir.

4.1 - As Indústrias Fornecedoras de Insumos e Produtos para a Agropecuária, os Agentes Financeiros e a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília - SP

Criada em 1961, em função da cultura do café, a Cooperativa dos Cafeicultores da Re-

gião de Marília (COOPEMAR) representa um conjunto de mais de 3.000 produtores rurais, distribuídos em seis filiais, com atuação bastante diversificada. Mantém uma ampla rede de serviços de apoio aos cooperados nas áreas de

TABELA 5 - Valores de Financiamentos de Custeio Agrícola Concedidos a Produtores e suas Cooperativas, por Município, Divisão Regional Agrícola de Marília, Estado de São Paulo, 1990 a 1993

Ano	1990 (CR\$1000) ¹	1991 (CR\$1000) ¹	1992 (CR\$1000) ¹	1993 (CR\$1000) ¹
Álvaro de Carvalho	38.003	60.079	70.346	49.304
Alvinlândia	28.094	16.469	49.220	8.068
Bastos	28.140	23.710	21.465	9.324
Bernardino de Campos	36.150	55.155	37.784	51.661
Echaporã	115.200	105.292	128.686	209.841
Gália	203.535	295.600	326.093	280.139
Garça	563.196	586.004	588.353	308.873
Herculândia	48.223	39.784	33.022	29.108
Iacri	56.905	51.566	31.703	31.077
Lupércio	23.145	29.526	46.225	3.775
Manduri	56.670	33.104	12.676	13.630
Marília	704.142	375.481	157.866	57.613
Ocauçu	35.430	61.317	65.650	30.742
Óleo	15.173	16.013	7.909	4.703
Oriente	65.844	15.908	10.073	24.489
Oscar Bressane	3.351	20.767	15.454	2.358
Pirajú	173.586	311.472	192.655	66.334
Pompéia	51.118	49.262	25.621	25.575
Queiroz	11.079	23.587	13.527	6.064
Quintana	39.780	36.038	29.634	16.622
Santa Cruz do Rio Pardo	325.375	431.827	242.935	197.132
São Pedro do Turvo	68.458	78.773	54.488	42.338
Tupã	83.491	106.750	145.969	125.919
Vera Cruz	67.591	87.073	85.972	51.430
Total	2.841.680	2.910.561	2.393.326	1.646.122

¹A preços constantes de 1993 - média IGP-DI/FGV.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (1990-1993).

assistência técnica agrônômica e veterinária, fornecimento de insumos, máquinas e implementos, ferramentas e outros bens para uso no campo, transportes, venda de combustíveis e lubrificantes, artigos de uso pessoal e do lar, produção e fornecimento de mudas de café, frutíferas e essências florestais exóticas e nativas, entre outros (Tabela 6).

Com a brusca redução no volume disponível de recursos financeiros do crédito oficial

para a agropecuária, já caracterizada na parte inicial deste trabalho, muitos agropecuaristas deixaram de ter acesso aos recursos necessários para produzir. Pelo mesmo motivo, os bancos passaram a ser mais seletivos na concessão dos créditos e mais exigentes em relação às garantias. Diante dessa situação, a COOPEMAR, cujos financiamentos obtidos eram normalmente de longo prazo e destinados a investimentos na sua estrutura física, passou a

ser tomadora de recursos do crédito rural, adquirindo os insumos básicos para a produção e repassando-os aos cooperados, nas mesmas condições contratuais.

Na análise da evolução dos valores dos financiamentos, comparada com a evolução do faturamento anual da cooperativa, observa-se que de 1984 a 1985 o nível de endividamento da cooperativa diminuiu de 30,4% para 19,06% em relação aos respectivos faturamentos anuais. Em 1986 os valores que a cooperativa tomou de empréstimos continuaram a diminuir, não ultrapassando 9,93% do faturamento. No entanto, a partir de 1987, o nível de endividamento nunca foi menor do que 21,71%, atingindo seu ponto mais

TABELA 6 - Características da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília Ltda.

Característica	COOPEMAR
Matriz	Marília
Filiais	Assis, Echaporã, Ocauçú, Oscar Bressane, Paraguaçu Paulista, Pompéia
Terminais de calcário	Iacri, Vera Cruz
Empresas controladas, coligadas	Controladas: Corretora Coopemar: seguros de vida, veículos, imóveis Transcoopemar: serviços de transportes Coligadas: Credimar: crédito rural Cooperfértil: fertilizantes e corretivos
Serviços adicionais	Loja de insumos Loja de roupas e eletrodomésticos Posto de abastecimento: combustíveis e lubrificantes Serralheria: serviços em geral Telefonia rural: sistema de telefone por rádio Viveiro de mudas
Principal produto recebido	Café beneficiado: recebimento médio de 110.000 sacos de 60kg (últimos 10 anos)
Quadro de associados e funcionários	3.300 cooperados 340 funcionários
Faturamento	US\$21.077.957 em 1993

Fonte: COOPERATIVA (1985-1993).

elevado em 1991, correspondendo a 62,09% do faturamento anual (Tabela 7).

Dessa forma, a cooperativa, ao assumir o ônus da garantia aos bancos e do recebimento dos débitos junto aos cooperados, viabilizou o financiamento da produção dos agropecuaristas.

4.1.1 - Características dos financiamentos

Os dados disponíveis dos registros contábeis e financeiros da COOPEMAR permitiram compilar todos os financiamentos contratados com os bancos a partir de 1988, através do exame individual das células rurais. Com exceção de um financiamento de investimento, para aquisição do sistema de informática da cooperativa em 1988, todos os outros tiveram como objetivo a aquisição de insumos para repasse aos cooperados.

Os dados individuais de cada

financiamento realizado discriminam todas as características dos contratos de crédito rural, no período de 1988 a 1993, identificando: a) as instituições financeiras oficiais e privadas que atenderam a cooperativa; b) os volumes de recursos emprestados, em valores correntes e constantes; c) a finalidade dos empréstimos, produtos adquiridos e repassados aos cooperados; d) as indústrias e empresas fornecedoras dos produtos; e) as garantias exigidas dos empréstimos e liberação dos recursos.

As relações estabelecidas a partir da compilação e do exame desses dados explicam as condições nas quais os financiamentos foram tomados e elucidam o relacionamento entre as instituições (indústrias e bancos) que atuam, antes do processo de produção agropecuário propriamente dito, junto à cooperativa e seus cooperados.

Assim, no resumo dos créditos contratados pela COOPEMAR e a participação dos bancos oficiais, comparativamente aos bancos privados, observa-se que, com exceção de 1989, nos anos de 1988 e 1990 as maiores proporções dos recursos foram originárias dos bancos oficiais, federais e estaduais, incluindo-se as Caixas Econômicas, cujos montantes giraram em torno de 65% do total dos financiamentos. A partir de 1991 essa situação se inverteu, chegando em 1993 com a quase totalidade dos recursos sendo oriundos dos bancos privados, atingindo 99% do total dos financiamentos (Tabela 8).

As exigências cada vez maiores de garantias hipotecárias, pignoratícias e fidejussórias dos bancos oficiais, de um lado, e o maior envolvimento das indústrias e empresas (que precisavam vender os seus produtos) com os bancos privados (que precisavam aplicar em crédito rural

TABELA 7 - Valores de Financiamentos da COOPEMAR para Aquisição de Insumos para Repasse aos Cooperados e Faturamentos Anuais, 1984 a 1993

Ano	Financiamento (CR\$1.000) ¹	Faturamento (CR\$1.000) ¹	Participação percentual
1984	693.295	2.280.549	30,40
1985	355.058	1.862.822	19,06
1986	366.003	3.684.816	9,93
1987	674.280	3.106.223	21,71
1988	1.655.263	2.722.127	60,81

1989	1.081.694	2.578.244	41,95
1990	1.137.366	2.804.536	40,55
1991	1.899.852	3.012.173	63,07
1992	862.998	2.878.906	29,98
1993	1.223.481	2.728.814	44,84

¹A preços constantes de 1993 - média IGP/DI - FGV.

Fonte: COOPERATIVA (1985 a 1993).

TABELA 8 - Valores dos Financiamentos de Custeio Agropecuário Contratados pela COOPEMAR, 1988 a 1993

Ano	Bancos (em CR\$1.000) ¹			Relação	
	Oficiais (A)	Privados (B)	Total (C)	(A)/(C) (%)	(B)/(C) (%)
1988	1.071.029	584.234	1.655.263	0,65	0,35
1989	356.911	724.783	1.081.694	0,33	0,67
1990	741.150	396.217	1.137.366	0,65	0,35
1991	650.824	1.249.028	1.899.852	0,34	0,66
1992	134.733	728.264	862.998	0,16	0,84
1993	14.247	1.209.235	1.223.481	0,01	0,99

¹Valores constantes a preços médios de 1993. Média IGP/DI-FGV.

Fonte: Dados básicos de COOPERATIVA (1988-1993).

para cumprir as exigências legais do Banco Central), por outro, explicam essa tendência.

4.1.2 - As garantias dos financiamentos

As condições das garantias permitem acompanhar a mudança de atitude das indústrias produtoras de insumos para a agropecuária e dos próprios bancos. Em função do declínio das vendas, as indústrias passaram a atuar mais próximas às cooperativas, relacionando as vendas de seus produtos com a oferta de garantias adicionais aos bancos para que estes liberassem os recursos, ou ainda, repassando recursos próprios, através dos mesmos agentes financeiros, como forma de direcionar e manter os níveis de vendas de suas mercadorias (Tabela 9).

Os dados exemplificam as diferentes exigências de garantias nos empréstimos contratados pela COOPEMAR. A prática mais comum foi o aval da Diretoria, conjugado com o penhor dos bens adquiridos e a caução das

notas promissórias rurais, ou seja, estas notas (títulos oriundos dos fornecimentos a prazo), são entregues ao banco na ocasião do repasse (venda) aos cooperados. Dessa forma, por endosso, transfere-se o direito do recebimento ao banco credor.

TABELA 9 - Garantias Oferecidas nos Contratos de Crédito, COOPEMAR, 1988 a 1993

Garantias	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Aval do Conselho	1	5	-	-	-	-
Aval do Conselho + Penhor + Caução	1	-	1	-	-	-
Aval da Diretoria	4	3	2	1	-	-
Aval Diretoria + Penhor + Caução	3	17	24	30	26	21
Aval Diretoria + Garantia de Recompra	3	-	-	8	9	5
Aval Diretoria + Carta de Fiança	2	4	-	11	8	4
Aval Diretoria + Penhor	-	-	-	-	-	5
Aval da Empresa Fornecedora	-	-	1	2	3	4
Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	5
Contrato de "Vendor"	-	-	-	-	-	2
Hipoteca + Aval Conselho ou Diretoria	5	1	5	6	3	3

Fonte: COOPERATIVA (1988-1993).

De uma maneira geral, as exigências de garantias reais (as hipotecas de bens imóveis) foram mais solicitadas por bancos oficiais do que pelos bancos privados.

As garantias adicionais apresentadas pelas indústrias e empresas fornecedoras de insumos, a partir de 1991, passam a ser freqüentes, constituindo-se de: a) garantia de recompra dos produtos financiados: as indústrias ou empresas garantem comprar de volta os produtos, em caso de os mesmos não serem repassados aos cooperados em sua totalidade; b) emissão de Carta de Fiança: as indústrias fornecedoras emitem, a favor do banco, documento onde garantem o pagamento do débito, caso a cooperativa não o faça; c) aval da empresa: a empresa ou indústria fornecedora avaliza solidariamente com a COOPEMAR os contratos de crédito rural celebrados com os bancos.

A partir de 1993, dois outros tipos de contratos passam a ser utilizados: a) contrato de mútuo: a empresa fornecedora contrata financiamento com o banco e repassa os recursos financeiros obtidos à cooperativa, vinculando a operação à compra dos produtos fornecidos pela empresa, ou seja, é feito um contrato de abertura de crédito com confissão de dívida, com recursos da própria vendedora; b) contrato de "vendor": o fornecedor faz um convênio com a instituição financeira para manter uma linha de crédito, a fim de atender outras empresas, vinculada à compra de seus produtos.

Esses contratos, apesar de não se enquadrarem como contratos de crédito rural, pois são contratos tipicamente comerciais, foram utilizados para compra e repasse de insumos aos cooperados.

4.1.3 - O repasse dos produtos aos cooperados

A partir de 1985, a COOPEMAR passou a publicar, junto aos Relatórios da Diretoria, os valores da participação porcentual dos diversos grupos de produtos comercializados no faturamento anual da cooperativa. Tais números permitem avaliar a evolução e as mudanças ocorridas no período de 1985 a 1993 (Tabela 10).

Os grupos de produtos com maior participação no faturamento global da COOPEMAR, em todos os anos considerados, foram defensivos e fertilizantes e corretivos. No entanto, no decorrer dos anos, os valores porcentuais de cada grupo inverteram-se. A maior participação dos fertilizantes ocorreu em 1986, a partir do qual passou a ser descendente, estabilizando-se em torno de 16,29% em 1993.

Os agrotóxicos começaram a ter uma participação maior a partir de 1988, atingindo o máximo em 1991 com participação de 56,49% no faturamento e caindo para 48,61% em 1993. As participações dos produtos veterinários e dos combustíveis apresentaram pequeno crescimen-

to anual, atingindo, em 1993, respectivamente, 11,97% e 6,46% do faturamento anual. O grupo das confecções e calçados, após aumentar a participação de 4,79% em 1985, para 7,30% em 1986, manteve-se estável, variando de 6,48% a 7,34% sobre o faturamento, de 1987 a 1993. Os dados evidenciam que as empresas do setor

TABELA 10 - Participação Porcentual dos Diversos Grupos de Produtos no Faturamento da COOPEMAR, 1985 a 1993

Grupo de produto	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Agrotóxicos	15,64	25,99	13,87	26,75	38,09	41,95	56,49	51,45	48,61
Cimento ¹	-	1,32	2,85	2,26	1,86	0,94	0,80	2,53	2,81
Combustíveis ¹	-	3,63	4,25	3,45	2,88	2,97	3,09	4,85	6,46
Confecções e calçados	4,79	7,30	6,48	6,86	7,47	6,24	6,74	5,96	7,34
Fertilizantes e corretivos	28,21	40,88	34,59	34,46	31,21	29,57	16,96	16,40	16,29
Máquinas e utensílios	5,47	9,00	9,87	7,36	6,83	5,35	4,43	3,68	3,23
Produtos veterinários	6,26	9,68	20,77	14,13	10,41	10,60	7,76	11,40	11,97
Sementes	0,63	0,78	1,46	2,66	0,92	1,90	1,75	1,68	1,23
Outros	39,00	1,42	5,88	2,07	0,33	0,48	1,98	2,05	2,06
Total	100,00								

¹Dados não disponíveis em 1985.

Fonte: COOPERATIVA (1985-1993).

industrial de defensivos agrícolas foram mais agressivas comercialmente, ao assumir junto com a COOPEMAR o ônus das garantias de vários financiamentos e ao sustentar a avalançagem das vendas com recursos próprios, utilizando-se da estrutura bancária para repassá-los à cooperativa.

4.2 - A Agroindústria Processadora de Alimentos: Cargill Agrícola S.A.

A diminuição dos recursos financeiros disponíveis para o crédito rural oficial, já discutida anteriormente, consolidou práticas de aporte financeiro de empresas ligadas ao complexo agroindustrial brasileiro, que se utilizam dos produtos agrícolas como fonte de matéria-prima e se ressentiram da diminuição da produção.

Para essas empresas o financiamento ao produtor não era objetivo comercial, mas foi a saída encontrada para poder garantir o suprimento da matéria-prima e com isso evitar a descontinuidade do processo industrial de suas

atividades. Esse é o caso da Cargill Agrícola S.A., cuja situação na região do Vale do Paranapanema no Estado de São Paulo é analisada.

Desde 1965, a Cargill Inc., uma das maiores e mais importantes empresas privadas mundiais, é representada no Brasil pela Cargill Agrícola S.A, com sede em São Paulo, cujo perfil pode ser delineado por meio de seus mais de 60 produtos presentes na alimentação e na atuação no processamento, comercialização e transporte anual de mais de 30 milhões de toneladas de produtos agrícolas para o mercado interno e externo.

A Cargill Agrícola iniciou suas operações na região do Vale do Paranapanema, com um escritório em Palmital-SP, em 1985, com o objetivo de comprar soja em grão. A região é circunscrita à Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema-SP, composta de 23 municípios, com 741.006 hectares de terras, distribuídos em 9.535 propriedades rurais, tendo como característica a produção de soja, trigo, cana-de-açúcar e milho safrinha, cujas áreas e

respectivas produções se encontram na tabela 11.

1991/92	43.900	131,44
1922/93	54.200	162,28
1993/94	47.000	140,72

TABELA 11 - Área e Produção das Principais Culturas, DIRA do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1993/94

Principais culturas	Área (hectare)	Produção (mil sacos de 60kg)
Café	18.960	127
Cana para indústria	120.800	10.230.000 ¹
Mandioca (indústria)	13.010	237.190 ¹
Milho	46.920	2.490
Milho (safrinha)	104.463	4.540
Soja	132.420	4.720
Trigo	48.202	1.217

¹Dados em tonelada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e DIVISÃO (1992-1994).

A área plantada, os níveis de produtividade obtidos, o nível de especialização dos produtores, além da infra-estrutura viária e de armazenagem, foram preponderantes na escolha da região para a instalação da empresa.

Os dados evidenciam que essa empresa manteve uma atuação crescente na compra de soja em grão na região até a safra de 1988/89, ano em que o volume de compras foi o maior desde o início de suas atividades, comparativamente à safra de 1985/86 (Tabela 12). No início das atividades, a empresa já havia sentido tendência de diminuição da área plantada de soja na região devido às dificuldades dos agricultores em conseguirem recursos do crédito rural oficial.

TABELA 12 - Compras Efetivadas pela Cargill Agrícola S.A., Palmital, Estado de São Paulo, Safras 1985/86 a 1993/94

Safra	Soja (tonelada)	Índice (85/86=100)
1985/86	33.400	100,00
1986/87	42.200	126,35
1987/88	50.400	150,90
1988/89	64.400	192,81
1989/90	47.000	140,72
1990/91	58.300	174,55

Dessa forma, na safra de 1989/90 quando o volume de soja comprado foi 27,02% menor relativamente à safra 1988/89, a empresa deu os primeiros passos no sentido de viabilizar formas alternativas de financiar a produção para os agricultores e ao mesmo tempo garantir parte da necessidade de soja requerida. A empresa, então, iniciou o procedimento de "compras a futuro" da safra, que pode ser feito: 1) diretamente com o agricultor; 2) através de cerealistas, e 3) através de cooperativas.

Nos dados referentes às compras efetivadas pela Cargill, através desse sistema, constata-se que no âmbito regional, a empresa financiou um volume expressivo da produção de soja, tornando-se importante fonte de recursos financeiros para agricultores e suas cooperativas. As compras a futuro, em 1994, representaram 16,29% do volume da produção regional (Tabela 13).

Em apenas cinco safras, essa modalidade de relacionamento com os agricultores passou a ter importância fundamental, representando praticamente todo o volume de comércio da empresa na região, atingindo 99,15% em 1994 (Tabela 14).

TABELA 13 - Produção Regional e Compras a Futuro de Soja pela Cargill Agrícola S.A., Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, 1989 a 1994

Ano	Produção regional (t)	Compras a futuro (t)	Participação percentual
1989	358.200	0	0
1990	317.500	7.500	2,36
1991	281.000	23.800	8,47
1992	192.000	19.900	10,36
1993	283.200	41.600	14,69
1994	286.000	46.600	16,29

Fonte: DIVISÃO (1992-1994), Instituto de Economia Agrícola e CARGILL BRASIL (1993).

TABELA 14 - Compras de Soja em Grão e Compras a Futuro pela Cargill Agrícola S.A., 1990 a 1994

Ano	Compras totais (t)	Compras a futuro (t)	Participação percentual
1990	47.000	7.500	15,96
1991	58.300	23.800	40,82
1992	43.900	19.900	45,33
1993	54.200	41.600	76,75
1994	47.000	46.600	99,15

Fonte: CARGILL BRASIL (1993).

Os dados evidenciam que a estratégia da empresa foi conduzida de forma a reduzir sua dependência às variações das safras, criando um vínculo com os produtores, cooperativas e cerealistas da região para regularizar o recebimento do produto.

A empresa optou por direcionar seu relacionamento mais às cooperativas e cerealistas da região, devido a facilidades administrativas. Em 1990, iniciou as atividades de compra futura através de contrato com um cerealista e duas cooperativas. Em 1994, os contratos foram firmados com quatro cerealistas e quatro cooperativas, ficando por conta dessas instituições o contrato com os produtores interessados. Os contratos individuais com agricultores, apesar de existirem, continuam sendo feitos apenas com aqueles que participaram do começo das atividades, mantendo-se constante (em número de 15) de 1990 a 1994.

Tanto as cooperativas, como os cerealistas, firmam contrato com a Cargill e subcontratam a compra futura com os produtores, de acordo com as normas da empresa de padronização do produto a ser recebido (14% de umidade e 1% de impureza). O relacionamento com o produtor em relação às garantias e ao repasse dos recursos é de inteira responsabilidade das cooperativas e cerealistas.

4.3 - As Condições dos Contratos da Cargill

As condições dos contratos de venda antecipada determinam a atratividade desse tipo de financiamento da produção.

4.3.1 - O repasse do numerário

Mediante um contrato simples, a Cargill repassa ao contrato determinada quantia em dinheiro de acordo com a quantidade de sacos negociados. No contrato é estabelecido o preço, tendo por base os níveis obtidos na Bolsa de Chicago, USA, e convertido em moeda corrente do país pela cotação do Banco Central do dia anterior. Consta também do contrato, a padronização mínima exigida no produto, anteriormente citada, bem como o local de entrega da mercadoria. Usualmente, o contrato estabelece que a quantidade de produto a ser comprada varia entre 30% e 50% da produção esperada do produtor.

Como garantia para efetuar o repasse dos recursos aos contratados, a Cargill exige, em operações, acima de US\$90 mil, hipoteca ou carta de fiança bancária com valor 100% a maior. Cumprida a finalidade da garantia, o dinheiro é depositado em conta bancária do contratado. Esse procedimento é bastante rápido, não demorando mais do que dois dias entre a assinatura do contrato e o repasse dos recursos.

A rapidez e a desburocratização dessas operações têm sido identificadas como principais motivos do crescimento dessa prática. Além disso, o receio da vinculação do financiamento a indexadores econômicos numa economia instável, onde muitas vezes o aumento do preço do produto financiado é menor do que o aumento nos custos financeiros, fez com que boa parte dos produtores rurais passassem a evitar contratos em bancos.

4.3.2 - O repasse dos insumos ("troca-troca")

Com as mesmas características descritas anteriormente, é comum o contrato em que não entra o dinheiro em espécie e a negociação é realizada através do fornecimento de um pacote de insumos necessários à produção. Esse pacote de insumos é composto de sementes, herbicidas e fertilizantes, cujos valores são previamente determinados e obviamente mantêm correspondência com o preço do saco de soja. Essa é uma prática esporádica da Cargill, sendo, no entanto, a mais

praticada pelos cerealistas e pelas cooperativas.

O pacote de insumos é composto de: 500 quilos de fertilizantes, 250 quilos de sementes e 4 litros de defensivos por hectare, e representa, em média, um volume de recursos que corresponde de 30% a 35% dos custos variáveis (despesas diretas) de produção, considerando-se uma produtividade média na região de 33-37 sacos por hectare.

4.3.3 - Os limites dos contratos

Tanto a Cargill como as cooperativas e os cerealistas estipulam um limite nos contratos de acordo com a capacidade empresarial e nível das garantias dos produtores. Normalmente, procura-se não comprometer mais do que 50% da produção na compra futura, de forma a evitar que quebras de safra, devido a variações climáticas ou condições fitossanitárias das lavouras, comprometam o efetivo cumprimento do contrato. Por outro lado, deixam uma margem de manobra para os produtores negociarem preços melhores na comercialização. Ou, para o restante da produção existe um compromisso de entrega com preços a fixar, ou seja, o produtor entrega não só a quantidade inicialmente contratada e previamente paga, mas toda a produção colhida e define quando quer que a venda do restante, com preços a fixar, seja realmente efetivada na prática. O produto fica consignado em armazéns da empresa e os preços são os correntes do dia da efetivação da venda.

Na realidade, tal procedimento nada mais é que a volta a práticas comerciais das décadas de 50 e 60, ocasião em que era comum o adiantamento de recursos financeiros aos produtores (de café, arroz, amendoim), por cerealistas ou "maquinistas", como eram conhecidos na época, com o compromisso da entrega da produção no momento da colheita. Esses cerealistas e "maquinistas" adiantavam recursos para os produtores, forneciam sacaria para a colheita e providenciavam o transporte dos produtos mediante o compromisso da entrega da produção.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As restrições impostas ao crédito rural,

com a diminuição dos volumes de financiamentos oficiais e a elevação do seu custo, levaram o segmento de produção agrícola, bem como diversas empresas integrantes do *agribusiness* brasileiro, a buscar formas alternativas de alavancagem de recursos.

O setor bancário, caracterizadamente ágil para enfrentar dos problemas e crises, foi suplantado por essas empresas na criação de mecanismos que compensassem as limitações ao crédito, através de serviços financeiros diferenciados e fontes alternativas ao porte de capital requerido pela agricultura.

O exemplo da Cargill Agrícola S.A., que operacionalizou as compras a futuro da produção agrícola, mostra que essas empresas, principalmente aquelas a jusante da agropecuária, passaram a ter um papel preponderante na oferta de parte dos recursos financeiros à agri-

cultura, como forma de sustentar e garantir a produção agropecuária e conseqüentemente garantir o próprio suprimento de matéria-prima para o processamento industrial. Essa alternativa de financiamento da produção independe do crédito rural institucional e atende aos segmentos do setor, num relacionamento direto entre empresas, produtores, cerealistas e cooperativas, sem interferências governamentais.

A dinâmica de trabalho empreendida pela Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília (COOPEMAR) mostrou, claramente, a dependência entre o segmento agrícola produtivo com o outro segmento do *agribusiness*, representado pelas indústrias de insumos, e também, neste caso, com o setor bancário. Dessa forma, os agricultores cooperados continuaram a ter seus insumos financiados, às mesmas taxas do crédito rural, através dos financiamentos obtidos pela Cooperativa ou pelas indústrias fornecedoras, que assumiram as garantias junto às instituições financeiras, conseguindo recursos para comprar e repassar os insumos aos agropecuaristas. Com esse procedimento, garantiram-se: 1) para os agropecuaristas, os recursos necessários para a obtenção dos insumos e fatores produtivos indispensáveis para que continuassem a produzir em níveis de produtividade satisfatórios; 2) para as indústrias, a continuidade e regularidade das vendas de seus produtos e 3) para os bancos, garantias adicionais, com menor risco de inadimplência por parte dos produtores.

Ficou evidente que o financiamento à produção rural é de grande importância, sendo sua falta limitante na economia agrícola brasileira. Reconhecidamente, o setor agrícola continua necessitando de capital para custeio e investimento e na comercialização de sua produção. Há a necessidade, portanto, da reestruturação do crédito rural oficial brasileiro, podendo-se concluir pela oportunidade de novas pesquisas que abordem o tema em seus aspectos normativos e práticos e no desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento da agropecuária.

LITERATURA CITADA

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural**. Brasília: DERUR, 1987-1993.

BIANCO, Jader. **Custos de produção na agricultura-ano agrícola 88/89**: cálculos e interpretações.

- Ourinhos: Sindicato Rural, 1988. 46p.
- CARGILL BRASIL. **Cargill Agrícola S.A e subsidiárias.** São Paulo: Departamento de Assuntos Corporativos, 1993.
- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE MARÍLIA. **Relatório da Diretoria:** balanço geral. Marília, 1985/1993.
- DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA DE MARÍLIA. **Levantamento subjetivo de safra.** Marília, 1987-1994.
- DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA DO VALE DO PARANAPANEMA. _____. Assis, 1992-1994.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1985-1993.
- IDRC-International Development Research Center. **The global cash crunch:** an examination of debt and development. Ottawa, Ont.: IDRC, 1992. 46p. (Searching series 5).
- MARTIN, Nelson B.; MATSUNAGA, Minoru; VEIGA FILHO, Alceu de A. Economia agrícola paulista: características e potencialidades. **Informações Econômicas**, SP, v.21, Supl.01, p.1-201, 1991.
- MEDHORA, Rohinton. Understanding the debt crisis. **IDRC-Reports**, Ottawa-Canadá, v.20, n.3, p.4-6, out. 1992.
- NEGRI NETO, Afonso; COELHO, Paulo J.; MOREIRA, Irene R. O. Produção agrícola e agroindústria nas Divisões Regionais Agrícolas de Marília e Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.41, n.2, p.159-210, 1994.
- NOBREGA, Maílson F. A agricultura em perigo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, dez. 1991. Tendências/Debates, p. 1-3.
- _____. Novas formas de financiar a agricultura. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.2-5, nov. 1994.
- TAVARES, Maria C. & BELLUZZO, Luiz G. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: REUNIÃO SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO AMERICANA. Santiago, Chile: CEPAL, 1978. 28p.

FINANCIAMENTO DA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES DE MARÍLIA E DO VALE DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO: crédito formal e alternativo

SINOPSE: Os objetivos deste trabalho foram avaliar as mudanças ocorridas na dinâmica regional da produção agropecuária decorrentes das modificações do crédito rural institucional, examinar os reflexos dessas mudanças para o agribusiness brasileiro e identificar as formas alternativas de financiamento à agropecuária. A elaboração de índices e a determinação de taxas de crescimento complementadas pelas análises qualitativas permitiram analisar as alternativas de financiamento rural encontradas pelos produtores e suas cooperativas junto às instituições bancárias e às indústrias produtoras e fornecedoras de insumos, bem como em relação às empresas do setor agroindustrial processador de matérias-primas agrícolas. A dinâmica de trabalho da agroindústria processadora de matérias-primas agrícolas mostrou a dependência entre os segmentos agrícola agroindustrial no seu relacionamento do dia-a-dia, através dos contratos de compra a futuro da produção que permite atender, de um lado, os produtores com os recursos necessários para continuar a produzir e, de outro, a continuidade e regularidade de recebimento de matéria-prima por parte da agroindústria, sem interferências governamentais. A atuação da cooperativa e das indústrias fornecedoras de insumos junto às instituições financeiras garantiu os recursos necessários aos agropecuaristas continuarem a produzir, para as indústrias, a regularidade e continuidade das vendas e para os bancos garantias adicionais com menor risco de inadimplência. Conclui-se que o financiamento à produção rural continua

a ser importante para a economia agrícola e agroindustrial brasileira.

Palavras-chave: *crédito agrícola, agricultura-financeiras, agroindústria, cooperativismo.*

AGRICULTURE AND CATTLE-RAISING FINANCING IN THE REGIONS OF MARÍLIA AND VALE DO PARANAPANEMA, STATE OF SAO PAULO: conventional and alternative credit

ABSTRACT: *The objectives of this research were to evaluate the changes in the regional agricultural production due to alterations in the official rural credit, as well as to examine their effects on the Brazilian agribusiness, identifying alternative means and sources of financing for the agricultural sector. The determination of ratios and growth rates allowed to characterize the rural financial alternatives that farmers and their cooperatives found with banking institutions and the agribusiness sector. Although the analysis of raw-material processing agro-industries showed dependence between such sector and the agricultural sector, the forward purchase contracts (pre-financing by buyers) has been making it possible to provide financial resources for farmers and also to keep agribusiness enterprises active, with no government interference. The interaction of the cooperatives and the agricultural supply industries with the financial institutions has assured resources for farmers, maintenance of suppliers' sales and additional guarantee with less risk for bankers. Finally, the conclusion is that the financing of agricultural production continues to be very important for the development of the agricultural economy and the Brazilian agribusiness.*

Key-words: *rural credit, agriculture-finance, agricultural processing industries, cooperative.*

Recebido em 01/03/96. Liberado para publicação em 21/05/96.